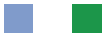


Após alerta de desmatamento recorde na Amazônia, governo exonera coordenadora do Inpe

Exoneração de Lubia Vinhas, coordenadora-geral de Observação da Terra, foi publicada no 'Diário Oficial'. Inpe monitora conservação ambiental; especialista será remanejada, diz instituto.

Por G1 — Brasília

13/07/2020 14h47 · Atualizado há 3 anos



Governo exonera a responsável pelo monitoramento da Amazônia no Inpe

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O governo exonerou a coordenadora-geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Lúbia Vinhas. A exoneração, assinada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, foi publicada na edição desta segunda-feira (13) do "Diário Oficial da União".

A Observação da Terra é a área do Inpe responsável, entre outras atribuições, pelo monitoramento da devastação da Amazônia, por meio do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter).

Em conversa com a TV Globo, **Lúbia afirmou que é servidora concursada do Inpe há 23 anos** e, por isso, deve seguir no instituto – mesmo sem o cargo de gestão. Ela também afirmou não saber o motivo da exoneração, e disse que ficou sabendo da mudança pelo Diário Oficial da União.



Exonerada de cargo de coordenadora do Inpe diz que soube da decisão pelo Diário Oficial

Já no fim da tarde, o Inpe divulgou nota em que afirma que Lúbia será, na verdade, remanejada para outro cargo. Segundo o instituto, ela será "Chefe da Divisão de Projeto Estratégico, que tratará implementação da nova Base de Informações Georreferenciadas ("BIG") do INPE, uma demanda do Ministro Pontes".

"Esta, por sinal, é a área primária de formação e expertise da Dra. Lúbia Vinhas", diz o Inpe (veja a íntegra da nota ao fim desta reportagem).

Também em nota, o Ministério de Ciência e Tecnologia informou que a exoneração já estava prevista e que a reestruturação das diretorias do Inpe será divulgada nesta terça (14).

"A Dra. Lubia Vinhas tem participado desse processo e está de acordo com as mudanças, que eram previstas e não tem qualquer relação com a produção e a divulgação dos dados de desmatamento, que continuarão a seguir os mesmos procedimentos com qualidade e transparência", afirma o ministério.

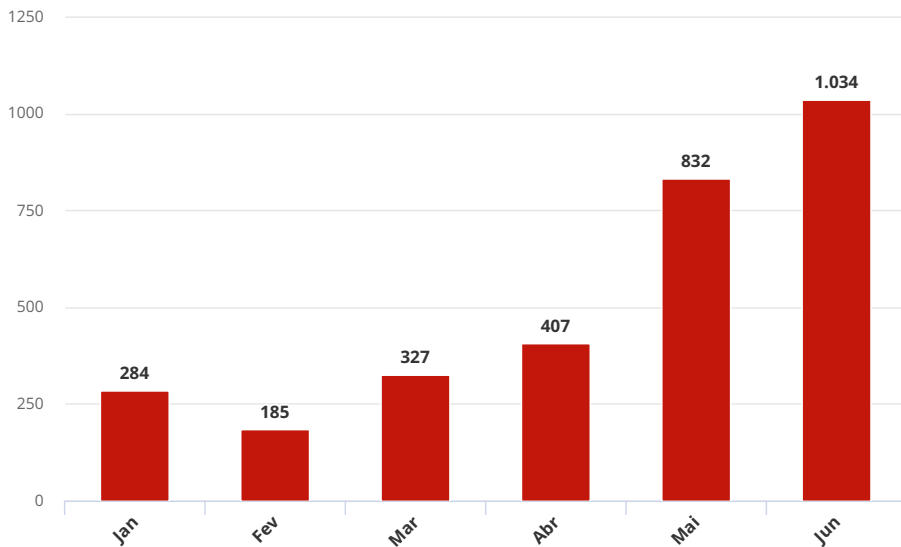
Na semana passada, **o Inpe divulgou que junho** teve o maior número de alertas de desmatamento para o mês em toda a série histórica, iniciada em 2015.

No acumulado do semestre, os alertas indicam devastação em 3.069,57 km² da Amazônia, aumento de 25% em comparação ao primeiro semestre de 2019. Só em junho, a área de alerta foi de 1.034,4 km².

Os dados servem de indicação às equipes de fiscalização sobre onde pode estar havendo crime ambiental. Os números não representam a taxa oficial de desmatamento, que é medida por outro sistema, divulgado uma vez ao ano.

Alertas de desmatamento na Amazônia em 2020, em km²

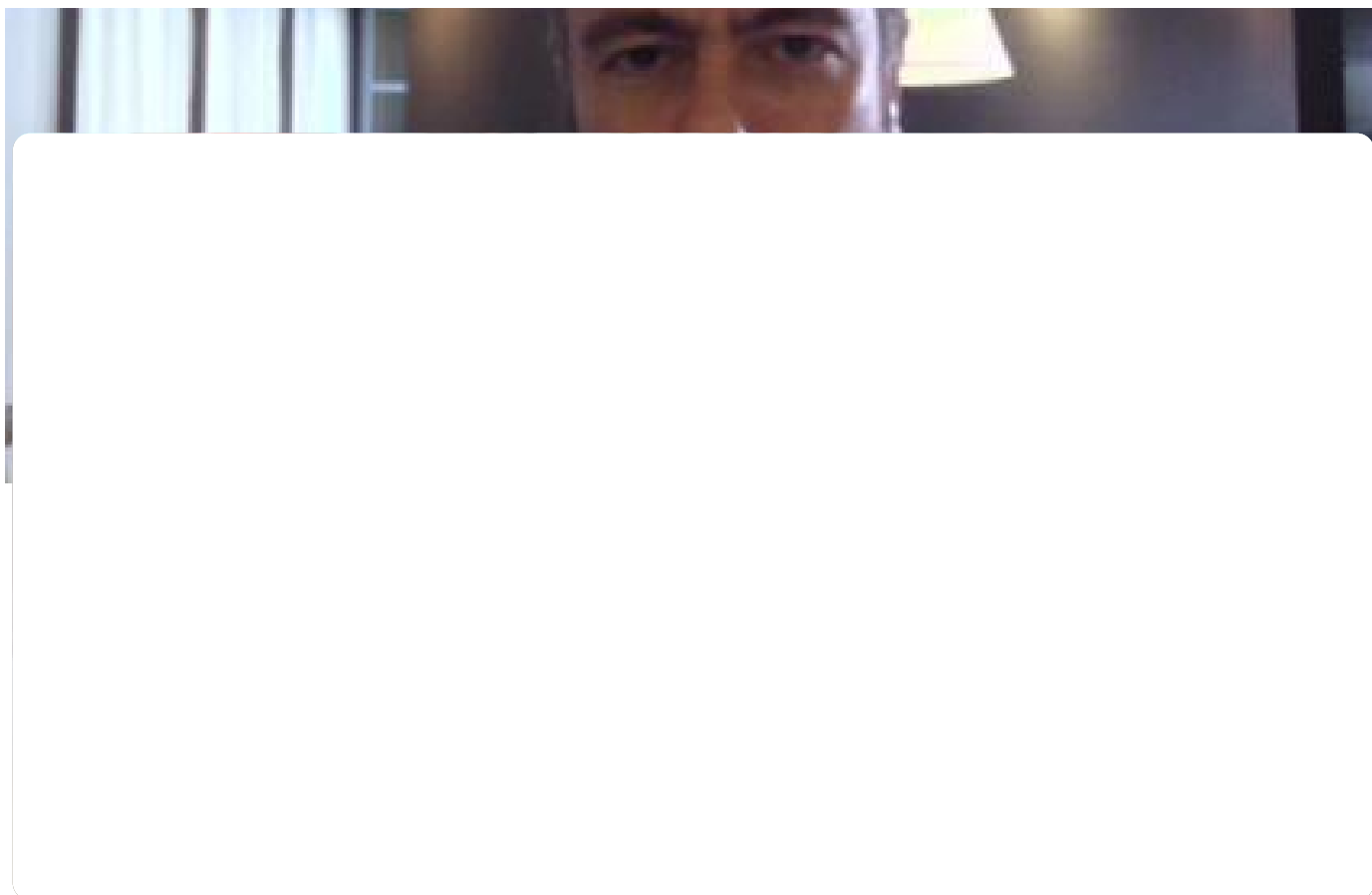
Índices indicam que, mesmo na pandemia, a derrubada de árvores no bioma não foi interrompida



Fonte: Deter/Inpe

Em nota divulgada pouco após a exoneração, o Greenpeace afirmou que a demissão "não surpreende" em razão de decisões anteriores tomadas pela gestão Jair Bolsonaro, mas "dá novamente a entender que o governo é inimigo da verdade".

"Mas não será escondendo, passando uma maquiagem nos dados ou investindo em propaganda que o governo irá mudar a realidade. E isso acontece por uma razão bem simples: Bolsonaro não quer mudar os rumos da sua política, afinal, a destruição é o seu projeto do governo", diz o comunicado da porta-voz de Políticas Públicas da organização, Luiza Lima.



Natuza sobre exoneração no Inpe: 'Acaba dificultando mais a vida do governo'

Demissão anterior

Em agosto do ano passado, em meio à escalada nos focos de incêndio na Amazônia, o governo **exonerou o então diretor do Inpe, Ricardo Galvão**.

Na época, o presidente Jair Bolsonaro havia desqualificado os dados do instituto e disse que o Osório devia estar a "serviço de alguma ONG". Galvão rebateu as acusações.



áreas de agricultura e pecuária, o desenvolvimento de programas de mitigação para cenários de mudanças globais, estudos sobre o balanço de carbono terrestre e oceânico, poluição e eletricidade atmosféricas, assim como de ensino, pesquisa e extensão em áreas relacionadas ao sensoriamento remoto e previsão de tempo e clima. Esses eixos fundamentais de ameaça nos forçaram necessariamente a mudar, visando, em primeiro lugar, aumentar a eficiência dos nossos trabalhos e melhorar nosso atendimento às demandas do governo e da sociedade brasileira em geral.

Notou-se também que o INPE, devido às atribuições crescentes ao longo de sua história, carecia de uma maior integração transversal entre suas áreas, programas e operações. Notou-se, por exemplo, a partir da crise imposta pelo aumento do desmatamento verificado no bioma Amazônia em 2019, seguido de um aumento considerável de queimadas no mesmo bioma e período, que nossas equipes do Programa Amazônia e Demais Biomas (AMZ+) e Queimadas, respectivamente lotadas na CGOBT e CPTEC, poderiam render mais se trabalhassem juntas. Um outro exemplo da sinergia entre essas coordenações ocorreu durante a crise do derramamento de óleo no litoral brasileiro no final de 2019, quando o INPE, por meio do trabalho integrado da CGOBT e do CPTEC desenvolveu um trabalho extraordinário em apoio ao Grupo de Acompanhamento e Análise (GAA) do Ministério da Defesa, IBAMA e ANP, nas áreas de sensoriamento remoto dos oceanos e de previsão numérica de correntes marinhas. Do INPE partiu a hipótese principal de que a origem do óleo aportado às nossas praias teria origem em oceano profundo.

O processo de reestruturação do INPE, desenhado para modernizar o Instituto e adaptá-lo para melhor responder às pressões ora impostas, teve início em outubro de 2019. Desde então e até o final de fevereiro de 2020, ocorreram discussões internas com os servidores do Instituto sobre como o INPE poderia avançar científica e tecnologicamente, além de explorar as possíveis sinergias entre as áreas. Nas reuniões que ocorreram com os servidores da CGOBT, CPTEC e CCST, foi realizado um estudo sobre as sinergias das atividades dessas coordenações e foi estabelecida a criação da Coordenação-Geral de Ciências da Terra, que responderá por todo o trabalho da área ambiental do INPE. Nessa nova coordenação, nossos servidores, bolsistas e estagiários das áreas ligadas ao ambiente terrestre irão trabalhar juntos. Ali concentrar-se-ão servidores com formação nas áreas de ecologia, biologia, oceanografia, meteorologia, geologia, agronomia, engenharia florestal, computação científica, física e outras. O trabalho integrado desses servidores certamente permitirá avanços em atividades do INPE associadas ao melhoramento das previsões numéricas de tempo e clima, bem como a melhor estruturação de bancos de dados georreferenciados.

Nesse sentido, desde o início das conversas sobre a reestruturação, já estava prevista a relocação da Dra. Lúbia Vinhas do cargo de Coordenadora-Geral da CGOBT para o cargo de Chefe da Divisão de Projeto Estratégico, que tratará implementação da nova Base de Informações Georreferenciadas ("BIG") do INPE, uma demanda do Ministro Pontes. Esta, por sinal, é a área primária de formação e expertise da Dra. Lúbia Vinhas.

A Direção do Instituto reforça que as atividades associadas ao monitoramento do desmatamento da Amazônia, bem como as demais atividades operacionais do Instituto continuarão sendo realizadas e tendo como premissas os critérios técnicos e científicos de praxe.

Veja também



G1 Mundo

Israel divulga vídeo de operação por terra em Gaza

Imagens mostram tiros, explosões e construções destruídas.

31 de out de 2023 às 03:08

Próximo >

Mais do G1

Arsenal de guerra

Exército e PM fazem buscas em SP pelas últimas 4 metralhadoras furtadas

Operações anteriores recuperaram 17 das 21 armas levadas de dentro de quartel em setembro. Arsenal havia sido negociado com facções.

Há 1 hora — Em São Paulo